

1^a
MARA
TONA 
QCONCURSOS

S I M U L A D O

Trabalho e Saúde do Servidor

Concurso Público Nacional
Unificado do Governo Federal

 **Bloco 4**



CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DO GOVERNO FEDERAL

BLOCO 4 - TRABALHO E SAÚDE DO SERVIDOR

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

01 - O candidato recebeu o seguinte material:

a) Este **Caderno de Questões**, com o enunciado das **70 (setenta) questões** objetivas, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

Conhecimentos Gerais	20 questões
Eixo Temático 3	10 questões
Eixo Temático 4	20 questões
Eixo Temático 5	20 questões
Total:	70 questões

b) Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só **uma** responde adequadamente ao quesito proposto.

02- Recomenda-se que o candidato reserve os **30 minutos** finais para marcar seu cartão-resposta.

03- O tempo disponível para este simulado de questões objetivas é **4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta.

04- Como o próprio nome sugere, um simulado é um exercício de estudo que recria uma situação de prova que você, candidato, enfrentará no dia 05/05/2024. Para alcançar seu objetivo, o simulado deve reproduzir toda a atmosfera de uma prova real. Portanto, procure um local silencioso e livre de distrações. Remova todos os materiais de estudo da área e deixe apenas o caderno de prova e uma caneta esferográfica sobre a mesa.

05- Lembre-se de que você está utilizando essa ferramenta para testar seus conhecimentos em cada disciplina. Portanto, responda às questões sem recorrer aos seus materiais de estudo ou outras fontes de consulta. Controle o tempo que levará para fazer cada questão e utilize o simulado como uma ferramenta de autoavaliação.

CONHECIMENTOS GERAIS

01.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) busca assegurar aos cidadãos o direito de solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades governamentais. Promulgada em 2011, ela busca promover a transparência no setor público, fortalecendo a democracia ao garantir o acesso à informação como um instrumento essencial para a participação cívica, o controle social e o combate à corrupção. A regra estabelecida na Lei é a publicidade. Excepcionalmente, contudo, permite-se o sigilo, nesse caso, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência, no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades:

(A) Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior, somente.

(B) Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior, somente.

(C) Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas e Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior, somente.

(D) Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior e titulares de autarquias, fundações ou empresas públicas e sociedades de economia mista.

(E) Presidente da República, Vice-Presidente da República, Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior e autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia, nível DAS 101.5, ou superior, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores.

02.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é um conjunto de normas que orientam o comportamento ético daqueles que exercem funções no serviço público. O Código de Ética estabelece diretrizes para a conduta profissional, promovendo, entre outros valores, a transparência, a responsabilidade e o respeito no exercício das atividades públicas. Levando em consideração as disposições expressas no Decreto 1.171/1994, assinale a alternativa correta:

(A) À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.

(B) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de advertência e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

(C) A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética é a de repreensão e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.

(D) Para fins de apuração do comprometimento ético, entende-se por servidor público somente aquele aprovado por concurso público.

(E) Somente nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

03.

O Decreto 11.529, de 16 de maio de 2023, que criou o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, entre outras determinações, teve cuidado especial com o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, impondo inclusive um mínimo de informações que deverão ser inseridas nesse portal para consulta pública. Sobre esse Portal da Transparência do Poder Executivo Federal é correto afirmar que sua manutenção é responsabilidade do(a):

(A) Controladoria-Geral da União;

(B) Ministério da Transparência Federal;

(C) Ministério da Justiça e Segurança Pública;

(D) Ouvidoria-geral da União;

(E) Tribunal de Contas da União;

04.

A Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, criada pelo Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, após estabelecer princípios, diretrizes e mecanismos para a governança pública, determina a criação do Comitê Interministerial de Governança – CIG, que tem por finalidade assessorar o Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal. Esse Comitê possui uma Secretaria-Executiva responsável, por exemplo, por encaminhar a pauta, a documentação, os materiais de discussão e os registros das reuniões aos membros. Essa Secretaria-Executiva será exercida pela:

(A) Secretaria de Governo;

(B) Secretaria Interministerial-Geral;

(C) Secretaria do Ministério da Governança;

(D) Secretaria Especial para assuntos estratégicos;

(E) Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

05.

Em um cenário de implementação de um programa de assistência social em uma determinada região, surge a necessidade de monitoramento e avaliação para garantir sua eficácia e eficiência. Durante a fase de monitoramento, constata-se que há uma discrepância entre os recursos financeiros alocados e os resultados alcançados, levantando preocupações sobre possíveis desvios ou mau uso dos recursos públicos. Diante desse contexto, qual seria a medida mais apropriada a ser adotada para resolver essa questão?

(A) Realizar uma auditoria interna para identificar possíveis irregularidades e tomar medidas corretivas conforme necessário.

(B) Ignorar as discrepâncias e continuar alocando recursos conforme planejado, considerando que mudanças podem gerar instabilidade no programa.

(C) Suspender imediatamente o programa sem investigação adicional, evitando possíveis repercussões negativas.

(D) Transferir a responsabilidade para outra instância governamental, afastando-se do problema e deixando que outra entidade lide com a situação.

(E) Realizar uma revisão completa do programa, com atuação de todos os entes da federação, envolvendo a participação de especialistas externos e da sociedade civil, visando identificar lacunas e propor melhorias para sua efetivação, além de interromper imediatamente o programa.

06.

O Estado X promulgou uma nova lei visando fortalecer as políticas de Direitos Humanos, com o objetivo de torná-las institucionalizadas e permanentes, independentemente das mudanças de governo. No entanto, surgiu controvérsia em relação à implementação efetiva dessas políticas no âmbito local. Diante dessa situação, qual seria a medida mais apropriada para garantir a institucionalização das políticas em Direitos Humanos como políticas de Estado?

(A) Deixar a implementação exclusivamente nas mãos do poder executivo, garantindo a continuidade das políticas independentemente de mudanças políticas.

(B) Convidar organizações internacionais de Direitos Humanos para monitorar e avaliar a implementação das políticas, visando garantir sua conformidade com os padrões internacionais.

(C) Instituir um conselho consultivo independente, composto por representantes da sociedade civil e acadêmicos, para supervisionar e avaliar regularmente a implementação das políticas.

(D) Limitar o escopo das políticas de Direitos Humanos apenas aos direitos civis e políticos, evitando temas controversos que possam gerar resistência política.

(E) Transferir a responsabilidade pela implementação das políticas de Direitos Humanos para o setor privado, permitindo que empresas e organizações não governamentais assumam um papel mais proeminente na proteção dos direitos humanos.

07.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, determinou em seu art. 2º que no dia 7 de setembro de 1993 o eleitorado definirá, através de plebiscito, a forma (república ou monarquia constitucional) e o sistema de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) que devem vigorar no País. Esse plebiscito acabou sendo adiantado para abril do mesmo ano, saindo vencedores a República e o Presidencialismo. Sobre o presidencialismo, pode-se afirmar que sua principal diferença para o parlamentarismo consiste no fato de que:

- (A) no parlamentarismo o Presidente é definido pelo parlamento;
- (B) no parlamentarismo o Presidente é definido pelo povo, entre os parlamentares;
- (C) no parlamentarismo há uma divisão entre a chefia de governo, atribuída ao Presidente e a chefia de estado, atribuída ao 1º Ministro, ambos votados diretamente pelo povo;
- (D) no parlamentarismo há uma divisão entre a chefia de governo, atribuída ao Presidente e a chefia de estado, atribuída ao 1º Ministro, sendo apenas o Presidente votado diretamente pelo povo, e o 1º Ministro escolhido pelo parlamento;
- (E) no parlamentarismo há uma divisão entre a chefia de Estado, atribuída ao Presidente e a chefia de governo, atribuída ao 1º Ministro, sendo apenas o Presidente votado diretamente pelo povo, e o 1º Ministro escolhido pelo parlamento.**

08.

O federalismo brasileiro foi influenciado diretamente pelo modelo desenvolvido pelos Estados Unidos da América. Contudo, a construção dos dois modelos teve um diferencial importante, consistente em:

- (A) serem países com línguas e costumes diferentes;
- (B) serem países de colonização diferente;
- (C) serem países com estruturas econômicas diferentes;
- (D) terem origens diferentes na estruturação do federalismo: enquanto os EUA partiram de 13 colônias que se uniram em torno da Federação, o Brasil fez o caminho inverso, nasceu como Estado unitário e tornou-se uma Federação;**
- (E) terem origens diferentes na nomenclatura dos sistemas: enquanto os EUA se denominaram uma federação, o Brasil se denominou uma organização federativa-unitária.

09.

A Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021, estabeleceu os princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. Entre os princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) a burocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;**
- (B) a disponibilização em plataforma única do acesso às informações e aos serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo, quando indispensável, da prestação de caráter presencial;

(C) a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

(D) a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;

(E) o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;

10.

De acordo com o texto da lei que instituiu o Governo Digital (Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021), as Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de:

(A) portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial;

(B) portal e de aplicativo, somente;

(C) portal, somente;

(D) aplicativo, somente;

(E) portal, de aplicativo ou de outro canal digital único, oficial ou não;

11.

O preconceito parte de uma visão de mundo pouco elaborada, repleta de ideias e certezas que não sobrevivem a um mínimo de reflexão ou exame crítico. A respeito do preconceito e da discriminação, podemos afirmar que:

(A) as atitudes que expressam preconceitos podem ser revertidas ao coisificar o outro.

(B) os preconceitos em geral se baseiam em uma lógica de marginalização e coisificação do outro.

(C) os processos de coisificação do outro ocorrem como resultado de atitudes de respeito pela diferença.

(D) a perda de protagonismo das pessoas discriminadas é superada por meio de processos de desumanização.

(E) os estereótipos que servem de base a atitudes preconceituosas adotam uma lógica de humanização do outro.

12.

Sobre as bandeiras, ações afirmativas e conquistas do movimento negro, é incorreto afirmar que:

(A) lutaram para que a injúria racial fosse tratada como uma espécie do gênero racismo.

(B) pretendem indenizar economicamente os descendentes de escravos negros no Brasil.

(C) relacionam-se a um movimento de políticas de identidade étnico-racial que denuncia a democracia racial brasileira como um mito.

(D) tornaram possível a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio.

(E) pretendem contribuir para diminuir a distância socioeconômica entre negros e brancos no Brasil e um dos mecanismos para que isso ocorra é a instituição de cotas para negros na universidade.

13.

A passagem do modelo de igualdade formal para o material deriva da necessidade de oferecer condições desiguais de acesso àqueles que são tratados historicamente e, portanto, estruturalmente, de forma desigual, com o propósito de corrigir décadas de falta de oportunidades. Por isso, as ações afirmativas também serem denominadas de discriminação positiva.

Acerca das ações afirmativas, é correto afirmar:

(A) O termo se refere às políticas que geram desigualdade social e uma cisão entre grupos sociais anteriormente unidos.

(B) O único objetivo dessas ações é reprimir os discriminadores e conscientizar aqueles que possam vir a discriminar.

(C) Uma ação afirmativa gera preconceitos por parte de setores sociais, pois enfatiza as desigualdades sociais existentes.

(D) São ações que podem ser realizadas tanto pelo governo quanto por iniciativa privada, visando corrigir desigualdades raciais presentes na sociedade.

(E) As ações afirmativas sempre visam à promoção dos negros, gerando um racismo às avessas.

14.

Um empresário afirma em entrevista realizada para um telejornal que não se relaciona com pessoas de etnia diversa da sua e não permite que, no prédio em que mora, onde atua como síndico, que pessoas negras frequentem as áreas comuns e os elevadores sociais. À luz das normas constitucionais, é correto afirmar que a conduta criminosa do empresário é:

(A)afiançável.

(B)prescritível.

(C)sujeito a pena de reclusão.

(D) sujeito a pena de detenção.

(E)sujeito apenas a pena de multa.

15.

Rezende foi contratado, temporariamente, sem a realização de concurso público, para exercer o cargo de professor substituto em uma escola na rede pública, em decorrência do grande número de professores do quadro permanente em gozo de licença. A contratação foi objeto de prorrogação, de modo que Rezende permaneceu em exercício por mais três anos, período durante o qual recebeu muitos elogios. Em razão disso, alunos e pais levaram à direção do estabelecimento de ensino o pedido de criação de um cargo em comissão de professor, para que Rezende fosse nomeado para ocupá-lo e continuasse a ali lecionar.

Avalie a situação apresentada e assinale a afirmativa correta:

(A)Rezende não poderia ocupar um cargo em comissão, visto que tais cargos são ocupados exclusivamente por servidor ocupante de cargo efetivo.

(B)Não é possível a criação de um cargo em comissão de professor, visto que tais cargos destinam-se apenas às funções de direção, chefia e assessoramento.

(C) Rezende tem estabilidade porque exerceu a função de professor por mais de três anos consecutivos, tornando desnecessária a criação de um cargo em comissão.

(D) É adequada a criação de um cargo em comissão para que Rezende prolongue suas atividades como professor no estabelecimento de ensino, diante do justificado interesse público.

(E) Não é necessária a criação de um cargo em comissão para que Rezende permaneça exercendo a função de professor, porque a contratação temporária pode ser prorrogada por tempo indeterminado.

16.

Rezende, empregado público de uma sociedade de economia mista, ajuizou uma ação para garantir o recebimento de valores acima do teto remuneratório constitucional.

Analisando a situação, é correto afirmar que:

(A) Rezende não terá direito a ajuizar a ação, pois o teto constitucional é inflexível para todos os casos.

(B) Rezende tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta está sujeita à referida limitação.

(C) Rezende não tem direito a receber acima do teto, pois toda a administração direta e indireta está sujeita à referida limitação.

(D) Rezende tem direito a receber acima do teto, pois somente a administração pública direta e as autarquias estão sujeitas à referida limitação.

(E) Rezende pode receber acima do teto, caso a sociedade de economia mista não receba recursos de nenhum ente federativo para despesas de pessoal ou de custeio em geral.

17.

Rezende pergunta a Ricardo se determinado estado da Federação teria a possibilidade de, por meio de lei ordinária estadual, realizar concurso interno para a promoção de servidores de nível médio aos cargos de nível superior, desde que os servidores preenchessem todos os requisitos para investidura no cargo.

Ricardo respondeu corretamente que:

(A) A possibilidade encontra pleno amparo constitucional.

(B) A possibilidade é inválida, por ofensa à Constituição da República.

(C) A possibilidade é inválida, pois só poderia ocorrer por lei complementar.

(D) A possibilidade é válida, desde que se encontre previsão na Constituição do estado.

(E) A possibilidade é válida, pois a disciplina dos servidores públicos compete à legislação de cada ente da Federação.

18.

De acordo com o decreto lei 200/1967, haverá na estrutura de cada ministério civil os seguintes órgãos centrais, exceto:

(A) de coordenação.

(B) de planejamento.

(C) de direção superior.

(D) de controle financeiro.

(E) de supervisão administrativa.

19.

O Orçamento público pode ser desmembrado em Plano plurianual (PPA), Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e Lei orçamentária anual (LOA).

Com relação ao PPA é correto afirmar que:

(A) é um plano de curto prazo, com duração de 1 ano.

(B) é um plano de curto prazo, com duração de 2 anos.

(C) é um plano de médio prazo, com duração de 3 anos.

(D) é um plano de médio prazo, com duração de 4 anos.

(E) é um plano de médio prazo, com duração de 5 anos.

20.

De acordo com a LC 101/2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

(A) União e Estados: 50% (cinquenta por cento);

(B) União e Estados: 60% (sessenta por cento);

(C) União e Municípios: 60% (sessenta por cento);

(D) Estados e Municípios: 60% (sessenta por cento);

(E) Estados e Distrito Federal: 50% (cinquenta por cento).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21.

Sobre a teoria do Capital Humano, assinale a opção incorreta:

(A) A Teoria do Capital Humano alega que investimentos em educação e saúde podem aprimorar as habilidades e a vontade de trabalhar dos indivíduos, aumentando sua satisfação e produtividade

(B) Theodore Schultz vê nos bens intelectuais, nos bens de consumo e nos bens pessoais uma possibilidade de aumentar as produções de capital.

(C) A teoria do capital humano de Schultz, em resumo, traz uma inovação na maneira de classificar o capital e no modo de hierarquizar os bens econômicos.

(D) Segundo Theodore W. Schultz, o capital humano se difere entre: o poder quantitativo e qualitativo. O primeiro baseia-se no número de pessoas. O segundo aborda aspectos como a capacitação técnica, os conhecimentos e atributos específicos que afetam as habilidades humanas e sua produtividade.

(E) Segundo Schultz, quanto mais um funcionário estiver insatisfeito em sua vida pessoal, maior será a possibilidade de que ele trabalhe mais e melhor.

22.

Situação: Andyra, profissional da área de RH da Rede de Restaurantes “Sucesso Total” foi convocada para uma reunião de alinhamento com a Diretoria Geral da empresa. Na reunião, o diretor de negócios explicou aos gestores que a rede iria implantar uma série de mudanças em suas unidades distribuídas em todo território nacional. Sinalizou que Andyra deveria preparar seu plano de trabalho com base nessa nova realidade e que tinha expectativas muito positivas para a gestão de pessoas nessa nova fase da Sucesso.

(A) Na situação acima, é possível identificar que a gestão de pessoas nas organizações evoluiu durante o tempo e a partir do contexto em que elas estão inseridas e continuam se transformando e se adaptando, em alguns casos, aos novos tempos.

(B) Na situação citada, pode-se perceber que a gestão de pessoas nas organizações evoluiu pouco e desconsidera o contexto em que elas estão inseridas e continuam se transformando e se adaptando.

(C) Na situação apresentada, percebe-se que a área de gestão de pessoas nas organizações está estagnada no tempo e desconectada do contexto das organizações que atua.

(D) Na situação apresentada, percebe-se que a área de gestão de pessoas sempre está atrasada e desconectada do tempo e do contexto das organizações que atua. É uma área que pouco precisa se atualizar ou se adaptar.

(E) Na situação relatada, percebe-se que é possível identificar que a gestão de pessoas nas organizações nem sempre evolui a partir do contexto em que elas estão inseridas e continuam se transformando e se adaptando, em alguns casos, aos novos tempos.

23.

No Brasil o trabalho análogo à escravidão não se restringe apenas à situação em que o trabalhador não tenha se candidatado espontaneamente ao emprego, mas também quando ele é ludibriado com falsas promessas de ganho e quando é coagido a trabalhar.

Em nosso país, nos últimos anos, podemos afirmar corretamente que:

(A) Goiás marcou o ranking no número de resgates em 2023, com centenas de pessoas resgatadas pela Inspeção do Trabalho em condições de escravidão moderna. Em seguida, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

(B) O cultivo de mandioca foi o setor onde ocorreu o maior resgate de trabalhadores, seguidos das atividades ligadas ao setor terciário da economia.

(C) O número de adolescentes em indústrias siderúrgicas, no estado de Sergipe, ultrapassou o limite do trabalho análogo a escravidão.

(D) O número de crianças, no setor da construção civil, no estado de Santa Catarina ultrapassou o limite do trabalho análogo a escravidão.

(E) A quantidade de homens trabalhando no setor de tecnologia, caracterizou de forma brusca o trabalho análogo à escravidão.

24.

Há um tempo atrás, quando a empresa Amazon foi acusada de fazer com que seus funcionários trabalhassem em horários excessivos a ponto de terem de urinar em garrafas plásticas, a companhia do homem mais rico do mundo, Jeff Bezos, afirmou que, “se isso fosse verdade, ninguém trabalharia conosco”. [...].

Um tempo se passou e no entanto, a Amazon voltou atrás e pediu desculpas [...] a empresa acabou admitindo que sim, alguns funcionários não têm tempo de ir ao banheiro e acabam urinando em garrafas de água.

VITORIO, Tamires. Com horários de trabalho excessivos, funcionários da Amazon urinam em garrafas. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023. (Fragmento adaptado).

A notícia de que uma das principais empresas varejistas contemporâneas admitiu que uma parte de seus funcionários trabalha em condições precárias é um testemunho de como:

(A) O Estado de bem estar social dos funcionários está intimamente ligado à autonomia que eles podem vir a possuir em horários flexíveis dentro da jornada de trabalho.

(B) A formação de sindicatos fortes, a partir da emergência do Toyotismo, não impede a exploração do trabalho.

(C) A desregulamentação do trabalho tem como consequência o fortalecimento do papel do colaborador como o “gerente de si mesmo”, como prevê características do Neo-liberalismo.

(D) A sociedade contemporânea produz uma contradição entre a modernização e a regressão das condições de trabalho.

(E) A contemporaneidade apresenta como discurso eficaz de crescimento de renda, a flexibilização do trabalho e os não vínculos empregatícios.

25.

Marque a opção incorreta acerca das características do capitalismo moderno.

(A) A contabilidade racional dos capitais é norma para as transações financeiras.

(B) Os meios materiais de produção são apropriados como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais.

(C) Somente determinados estamentos participam do mercado como consumidores.

(D) Técnicas racionais, calculáveis e mecanizadas são aplicadas tanto na produção quanto no transporte de bens.

(E) A cobertura das necessidades econômicas é orientada, visando oportunidades de mercado e rentabilidade.

26.

Considerando o tema desigualdade social no Brasil, assinale o que for correto.

(A) A pobreza está em grande parte relacionada à crença na fartura do nosso solo e na oferta abundante de frutos, plantas e alimentos. Essa crença leva diversas pessoas a acreditarem que, no nosso país, não há necessidade de trabalhar.

(B) À medida que a sociedade brasileira se industrializou e se urbanizou, foi se constituindo, nas cidades, uma grande massa de desempregados e de pessoas excluídas dos trabalhos legais e formais do sistema produtivo.

(C) Pesquisas realizadas por organismos nacionais e internacionais apontam que os negros e os pardos brasileiros recebem salários menores e têm acesso restrito às melhores condições de habitação, saúde e educação formal.

(D) Os avanços tecnológicos de nossa sociedade tendem a difundir os benefícios sociais a todas as classes sociais. Nesse sentido, a pobreza é considerada hoje uma situação social em vias de extinção.

(E) As condições precárias de saúde, habitação e educação de diversas regiões do nosso país são decorrentes da alta produção de bens, serviços e riquezas.

27.

Identifique a seguir, a alternativa que se refere a uma das consequências da Revolução Industrial:

(A) redução do processo de urbanização, aumento da população dos campos e sensível êxodo urbano.

(B) maior divisão técnica do trabalho, utilização constante de máquinas e afirmação do capitalismo como modo de produção dominante.

(C) declínio do proletariado como classe na nova estrutura social, valorização das corporações e manufaturas.

(D) formação, nos grandes centros de produção, das associações de operários denominadas “trade unions”, que promoveram a conciliação entre patrões e empregados.

(E) manutenção da estrutura das grandes propriedades, com as terras comunais, e da garantia plena dos direitos dos arrendatários agrícolas.

28.

No final do século XIX, os movimentos operários no Brasil foram iniciados. Eles tinham como objetivo central acabar com a exploração capitalista e estruturar uma nova sociedade. Nas primeiras décadas do século XX, apesar de alguns avanços em termos de legislação social, o movimento operário enfrentou grandes desafios, entre os quais o recrudescimento da repressão por parte do governo.

Todavia, foi nessa década que o movimento operário brasileiro ganhou maior legitimidade entre os próprios trabalhadores e a sociedade de forma geral, transformando-se em um ator político que atuou com maior desenvoltura nas décadas seguintes.

Tendo como referência o texto acima, é correto afirmar que:

(A) a classe operária assumiu a liderança de articulação sindical nacional, e sua principal conquista obtida pela greve de 1917 foi a criação do Ministério do Trabalho, cujo objetivo era enfrentar a questão social dos baixos salários.

(B) os operários imigrantes tiveram participação expressiva na organização política do país e na criação de jornais, defendendo princípios oligárquicos e difundindo ideais vinculados ao totalitarismo, principalmente o nazismo e o comunismo.

(C) o movimento operário no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, recebeu forte influência do anarquismo e do anarcosindicalismo, que fomentaram a criação, em 1932, do Partido Comunista Brasileiro, ligado à III Internacional.

(D) a proibição do trabalho infantil até os 12 anos e a fixação de jornada de trabalho diária de oito horas agitavam as principais bandeiras da classe operária, no início da organização sindical no Brasil.

(E) o sindicalismo brasileiro surgiu no ABC paulista, por meio da organização de greves nas grandes montadoras de automóveis e da superação das diretorias sindicais pelegas, apesar da grande resistência imposta pelos governos da Primeira República.

29.

Um veículo é financiado pelo Japão, projetado na Itália e montado em Indiana, México e França, usando os mais avançados componentes eletrônicos, que foram inventados em Nova York e fabricados na Coreia. A campanha publicitária é desenvolvida na Inglaterra, filmada no Canadá, a edição e as cópias, feitas em Nova York para serem veiculadas no mundo todo. Teias globais disfarçam-se com o uniforme nacional que lhes for mais conveniente. A viabilidade do processo de produção ilustrado pelo texto pressupõe o uso de:

- (A) linhas de montagem e formação de estoques.
- (B) empresas burocráticas e mão de obra barata.
- (C) controle estatal e infraestrutura consolidada.
- (D) organização em rede e tecnologia de informação.**
- (E) gestão centralizada e protecionismo econômico.

30.

Assinale a alternativa correta a respeito da tendência cada vez mais forte da internacionalização do comércio e da globalização.

- (A) Criaram-se mercados comuns entre grupos de nações, chamados de megablocos ou blocos regionais.**
- (B) Os imensos mercados internacionais ou blocos comerciais reforçam as economias locais.
- (C) Os blocos comerciais ampliam as trocas de mercadorias apenas entre os países-membros, excluindo o comércio com as demais nações.

(D) Os blocos comerciais diminuem suas relações com o restante do mundo, à medida que fortalecem sua unidade econômica e política.

(E) As relações entre os países-membros dos blocos comerciais não envolveram sucessivos tratados para a unificação econômica.

31.

"Tribunal de Justiça do Paraná aceitou uma denúncia do Ministério Público contra um homem que cortou o cabo de uma corda que sustentava um trabalhador enquanto ele limpava a fachada de um prédio em Curitiba (PR) no dia 14 de março. O suspeito foi preso em flagrante.

De acordo com o Ministério Público, o denunciado mora na cobertura do prédio, que tem 27 andares. Ainda de acordo com o MP, a vítima não caiu do sexto andar por conta do funcionamento de um dispositivo de segurança que impediu a queda." (Fonte: CNN Brasil).

Considerando a notícia acima sob a perspectiva das normas de segurança e saúde do trabalhador, indique a alternativa que aponta corretamente a designação do evento adverso descrito na reportagem:

- (A) Acidente do Trabalho.
- (B) Circunstância indesejada.
- (C) Fator externo.
- (D) Incidente.**
- (E) Caso fortuito.

32.

"Segundo consta da decisão, desde 2005 o Ministério Público do Trabalho vinha constatando diversas irregularidades, ou seja, o descumprimento da legislação trabalhista, em especial no que tange às normas de saúde, segurança e medicina do trabalho. A partir de então, foi firmado Termo de Ajuste de Conduta, porém, a empresa referida continuou descumprindo as normas trabalhistas. Fato constatado no transcorrer dos anos, nas diversas fiscalizações no local, em que em todas as ocasiões foram constatadas a violação das disposições legais no que tange à proteção do trabalhador. Assim, a sentença expõe que a empresa optou de forma consciente e deliberada a priorizar o lucro em detrimento de um meio ambiente do trabalho hígido e seguro. Segundo o Juiz do Trabalho João Batista Sales Souza: 'a conduta da empresa corresponde, sob o ponto de vista econômico, a algo que se convencionou denominar de Dumping Social'.

(SILVA, Leda Maria Messias da; NOVAES, Milaine Akahoshi. Dumping social e dignidade do trabalhador no meio ambiente de trabalho: propostas para a redução da precarização. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 4, n. 43, p. 22-39, ago. 2015.)

Considerando que o "dumping social" pode ser compreendido como a prática empresarial que consiste no intencional e reiterado descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, refletindo-se na decisão da empresa de negligenciar as normas protetivas de segurança e saúde do trabalhador, na eventualidade de um acidente de trabalho em que as mencionadas normas foram descumpridas, isso pode ser descrito como um fator:

(A) Latente.

(B) Subjacente.

(C) Colateral.

(D) Imediato.

(E) Inerente.

33.

"Ao menos um parente de cada um dos 250 trabalhadores mortos na tragédia em Brumadinho (MG) fechou acordo de indenização. Segundo informou a Vale, já foram destinados para esta finalidade cerca de R\$ 1,1 bilhão. Esse valor corresponde a mais de 680 acordos trabalhistas que envolvem 2,4 mil pessoas. Entre os trabalhadores mortos, estão empregados da mineradora e de empresas terceirizadas que prestavam serviço na Mina Córrego do Feijão, onde houve o rompimento da barragem em janeiro de 2019."

(Fonte: Agência Brasil EBC).

Considerando que a magnitude do rompimento da barragem de Brumadinho se enquadra no que a Convenção n. 174, da OIT, denomina como: "todo evento inesperado, como uma emissão, um incêndio ou uma explosão de grande magnitude, no curso de uma atividade dentro de uma instalação exposta a riscos (...), envolvendo uma ou mais substâncias perigosas e que exponha os trabalhadores, a população ou o meio ambiente a perigo de consequências imediatas ou de médio e longo prazos".

Assinale a alternativa que indica corretamente a designação do conceito descrito pela Convenção n. 174, da OIT:

(A) Força maior.

(B) Acidente limite.

(C) Incidente fortuito.

(D) Emissão ambiental.

(E) Acidente maior.

34.

A legislação trabalhista dispõe de normativos relativos à proteção de trabalhadores na hipótese de incêndio. Assim, considerando o disposto na NR-23, do MTE, assinale a alternativa correta:

(A) Os locais de trabalho devem contar com ao menos três saídas de emergência, considerando a lógica tridimensional.

(B) As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser identificadas e sinalizadas de acordo com a legislação estadual.

(C) As aberturas, saídas e vias de passagem podem ser obstruídas, excepcionalmente, em bairros perigosos.

(D) As saídas de emergência devem ser equipadas com dispositivos que permitam a fácil abertura do exterior do estabelecimento.

(E) A organização pode fornecer informações aos trabalhadores sobre a utilização dos equipamentos de combate ao incêndio.

35.

"Um homem de 37 anos morreu soterrado em um silo nesta segunda-feira (11) na comunidade de Linha Humaitá, em Cunha Porã, Oeste de Santa Catarina. O resgate levou mais de oito horas, e o corpo foi encontrado a 9 metros de profundidade, só na terça-feira (12). O Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC) foi acionado por volta das 19h de segunda. A vítima teria ficado presa no silo secador, um equipamento usado para secar grãos. Ele teria sido engolfado, ou seja, caído nos grãos e afundado na área de descarga dos caminhões. Segundo os bombeiros, havia toneladas de grãos no local." (Fonte NSC Total).

Considerando que os silos são caracterizados como espaços confinados, cujas normas de segurança e saúde são objeto da NR-33, indique o profissional/função responsável por acionar a equipe de emergência e salvamento na hipótese de um evento adverso:

(A) O responsável técnico.

(B) O supervisor de entrada.

(C) O vigia.

(D) O trabalhador que adentrou no espaço confinado.

(E) O membro da CIPA.

36.

"A Toxicologia estuda os efeitos danosos de substâncias químicas nos organismos vivos com vistas à prevenção e, em caso de falha, ao tratamento dos afetados. A questão, porém, é que não há substâncias químicas com ou sem efeitos danosos, mas sim doses com potencial nocivo – dose, neste contexto, entendida como aquela interna, ou seja, a quantidade de substância efetivamente absorvida pelo organismo a ponto de poder afetá-lo." (Buschinelli, in "Toxicologia Ocupacional").

Assinale a alternativa que corretamente aponta um agente nocivo objeto de estudo no contexto da Toxicologia:

(A) Sílica livre cristalina.

(B) Príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob.

(C) Bacillus anthracis.

(D) Fungo Coccidioides immitis.

(E) Vírus linfotrópico da célula T humana.

37.

Para a Toxicologia, um efeito passa a ser nocivo ou tóxico quando:

- I. Ao ser gerado em uma exposição prolongada, resulta em transtornos da capacidade funcional e/ou da capacidade do organismo em compensar nova sobrecarga;
- II. Aumenta perceptivelmente a capacidade do organismo de manter sua homeostasia, quer sejam efeitos reversíveis ou irreversíveis;
- III. Diminui a susceptibilidade aos efeitos nocivos de outros fatores ambientais, que podem ser químicos, físicos, biológicos ou sociais.

Marque a alternativa correta:

- (A) Todas as assertivas estão corretas.
- (B) Somente a assertiva I está correta.**
- (C) Somente a assertiva II está correta.
- (D) Somente a assertiva III está correta.
- (E) Somente as assertivas II e III estão corretas.

38.

"A toxicidade aguda é caracterizada quando os efeitos adversos ocorrem logo após uma única exposição ou múltiplas no período de 24 horas. A dose única é utilizada para determinar a potência no caso de ingestão acidental ou intencional e as doses múltiplas para avaliar os efeitos cumulativos. Geralmente a via oral é a de eleição, mas outras vias também podem ser escolhidas. Mediante este estudo, é possível caracterizar a relação dose-resposta e estipular a DL50 ou a CL50" (Buschinelli, in "Toxicologia Ocupacional").

Considerando dose letal 50 (DL50), assinale a alternativa que indica corretamente esse parâmetro:

- (A) Em um estudo com 1000 cobaias, é a dose necessária para matar 50 delas.
- (B) Em um estudo com 100 cobaias, é a dose necessária para matar 25 delas.
- (C) Em um estudo com 200 cobaias, é a dose necessária para matar 100 delas.**
- (D) Em um estudo com 500 cobaias, é a dose necessária para matar 50 delas.
- (E) Em um estudo com 50 cobaias, é a dose necessária para matar 50 delas.

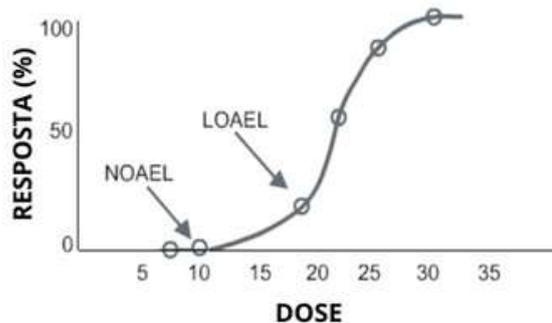
39.

Assinale a alternativa incorreta no que tange às fases da intoxicação:

- (A) Fase de exposição.
- (B) Fase toxicocinética.
- (C) Fase toxicodinâmica.
- (D) Fase clínica.
- (E) Fase de absorção.**

40.

Observe o gráfico seguinte:



Ainda, considerando que "Por meio de estudos de toxicidade subcrônica ou crônica, pode ser obtida a dose 'nenhum efeito adverso observado', do inglês Non Observed Adverse Effect Level (NOAEL), ou seja, os indivíduos, mediante processo de homeostasia, quando expostos a determinadas quantidades da substância química, adaptam-se às alterações do meio, mantendo a função normal do organismo sem que seja observado um efeito tóxico.

À medida que a capacidade de adaptação é rompida, aparecem os primeiros efeitos adversos, o que chamamos de dose Lowest Observed Adverse Effect Level (LOAEL – menor efeito adverso observado), que é a menor dose em que se inicia o efeito adverso."

Marque a alternativa correta no que tange ao ponto em que devem ser definidos, em regra, os limites de exposição ocupacional:

(A) Abaixo do NOAEL.

(B) Entre o NOAEL e o LOAEL.

(C) No LOAEL.

(D) Após o LOAEL.

(E) Em qualquer ponto até a DL50.

41.

Em relação à classificação da exposição aos agentes tóxicos, aquela que se caracteriza por uma única exposição, ou por várias exposições em um curto período de tempo é denominada:

(A) Crônica.

(B) Subcrônica.

(C) Severa.

(D) Aguda.

(E) Leve.

42.

"Uma vez absorvido e tendo atingido a corrente sanguínea, o toxicante pode ser transportado para todo o organismo, mas ainda há barreiras entre ele e os diferentes órgãos e tecidos, que podem ser entendidos como compartimentos. Os órgãos e os tecidos com grande fluxo sanguíneo, como cérebro, fígado, rins, músculos, têm velocidade de equilíbrio muito rápida, enquanto que, nos tecidos com pouca irrigação, como o adiposo, os ossos, os dentes, o equilíbrio é atingido lentamente.

Nesta fase inicial, o fluxo sanguíneo tem grande influência na distribuição, mas o que predomina com o tempo é a afinidade entre o xenobiótico e o tecido. E mesmo os tecidos com baixa circulação sanguínea podem acumular grande quantidade do toxicante, se a afinidade entre ambos for elevada." (Buschinelli, in "Toxicologia Ocupacional").

Assinale a alternativa que indica qual etapa da toxicocinética é descrita no texto:

(A) Transporte nas membranas celulares.

(B) Absorção.

(C) Distribuição.

(D) Biotransformação.

(E) Excreção.

43.

"Idealmente, dose de uma substância é a quantidade desta, presente no sítio de ação dentro do organismo, mais especificamente, num órgão e neste, dentro de uma célula e nesta ainda, dentro de uma organela onde encontra uma molécula sensível à sua ação, uma enzima, por exemplo, onde efetivamente se dá a ação tóxica de inibição da atividade desta enzima, que é fisiologicamente necessária e cujo efeito de diminuição em sua atividade se observará no próprio órgão ou mesmo em outros pontos do organismo, pelo excesso ou falta de uma terceira substância." (COLACIOPPO, Higiene Ocupacional).

A relação na qual o aumento da dose corresponde ao aumento dos efeitos é chamada de:

(A) Determinística.

(B) Indeterminística.

(C) Relação dose-efeito.

(D) Relação dose-resposta.

(E) Caótica.

44.

A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral corresponde a(o):

(A) Nível de ação.

(B) Limite de tolerância.

(C) Nível de efeito adverso não observado.

(D) Menor nível com efeito adverso observado.

(E) Insalubridade.

45.

Considerando a estruturação do gerenciamento dos riscos ocupacionais, a etapa destinada à descrição dos perigos e possíveis lesões e agravos à saúde; identificação das fontes e circunstâncias e indicação do grupo de trabalhadores sujeitos aos riscos é denominada:

(A) Inventário de riscos.

(B) Plano de ação.

(C) Levantamento preliminar de perigos.

(D) Avaliação de riscos.

(E) Identificação de perigos.

46.

Considere a seguinte assertiva: "Doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, contributivo, mas não necessário, exemplificadas pelas doenças comuns, mais frequentes ou mais precoces em determinados grupos ocupacionais e para as quais onexo causal é de natureza eminentemente epidemiológica. A hipertensão arterial e as neoplasias malignas (cânceres), em determinados grupos ocupacionais ou profissões, constituem exemplo típico."

O conceito apresentado corresponde a qual grupo na classificação de doenças de Schilling:

(A) Grupo I.

(B) Grupo II.

(C) Grupo III.

(D) Grupo IV.

(E) Grupo V.

47.

A obra Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde descreve a diferença entre perigo e risco: "Por exemplo: a sílica livre cristalina é o agente etiológico da silicose, portanto um bloco de granito 'encerra' o risco de silicose. Entretanto, esse bloco só oferecerá risco real de doença se for submetido a algum processo de subdivisão que produza partículas suficientemente pequenas para serem inaladas e depositadas nos alvéolos pulmonares. Se o bloco de granito fizer parte de um monumento, não haverá risco de silicose, porém se este mesmo bloco de granito estiver em um canto no local de trabalho é importante investigar para que será utilizado. O fato de, no momento, não estar oferecendo risco não significa que assim será no futuro."

Com efeito, o risco representa a combinação entre:

(A) A probabilidade da lesão e a severidade desta.

(B) O acidente e o tempo necessário para recuperação.

(C) A eficiência dos equipamentos de proteção e os fatores incontroláveis.

(D) Os custos da empresa com o acidente e a produção perdida.

(E) O potencial intrínseco do fator de risco e o número de trabalhadores atingidos.

48.

Considera-se (...) estabelecido o nexo técnico entre o trabalho e o agravo, sempre que se verificar a existência de associação entre a atividade econômica da empresa, expressa pela CNAE e a entidade mórbida motivadora da incapacidade, relacionada na CID.

Assinale a alternativa que indica corretamente a modalidade de nexo técnico previdenciário correspondente ao conceito apresentado:

- (A) Individual.
- (B) Profissional.
- (C) Do trabalho.
- (D) Etimológico.
- (E) Epidemiológico.**

49.

Marque a alternativa que apresenta uma modalidade de doença relacionada ao trabalho.

- (A) Doença degenerativa.
- (B) Doença inerente a grupo etário.
- (C) Doença que não produz incapacidade laborativa.
- (D) Doença endêmica não resultante de exposição ocupacional.
- (E) Doença peculiar a determinada atividade.**

50.

“É a ciência e a arte dedicada ao estudo e ao gerenciamento das exposições ocupacionais aos agentes físicos, químicos e biológicos, por meio de ações de antecipação, reconhecimento, avaliação e controle das condições e locais de trabalho, visando à preservação da saúde e bem-estar dos trabalhadores, considerando ainda o meio ambiente e a comunidade.”
(Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais).

Assinale a alternativa que indica os riscos objeto da higiene ocupacional.

- (A) Riscos ergonômicos.
- (B) Riscos ambientais.**
- (C) Riscos sociais.
- (D) Riscos acidentais.
- (E) Riscos psicossociais.

51.

Considerando a legislação sobre o trabalho temporário (Lei nº 6.019/74) e suas alterações, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O trabalho temporário pode ser contratado para atender à necessidade transitória de substituição de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços.
- (B) A duração do contrato de trabalho temporário, prestado ao mesmo empregador, poderá exceder seis meses, incluídas as prorrogações, comprovada a manutenção das condições que o ensejaram.
- (C) Os trabalhadores temporários têm direito à remuneração equivalente paga aos empregados da mesma categoria da empresa contratante.
- (D) A empresa prestadora de serviços é responsável por contratar, remunerar e dirigir os serviços dos seus trabalhadores, não havendo vínculo entre eles e a empresa contratante.
- (E) O contrato de trabalho temporário deve ser obrigatoriamente escrito e pode ser prorrogado mais de uma vez, desde que a duração total não exceda três meses.**

52.

Em uma empresa de agronegócio, ocorreu uma complexa transação societária que resultou na sucessão de empregadores e levantou questões sobre a aplicação das leis trabalhistas, especialmente em relação ao conceito de grupo econômico e à sucessão de empregadores. O novo grupo econômico formado é composto por empresas que atuam em diferentes segmentos do agronegócio, incluindo agricultura, pecuária e agroindústria. Os trabalhadores contratados por uma empresa pertencente ao grupo econômico anterior agora se veem empregados por uma nova empresa, resultante da cisão de uma das empresas originais. Além disso, parte desses trabalhadores está envolvida em atividades agrícolas em áreas rurais, enquanto outros desempenham funções administrativas em escritórios urbanos. Diante dessa situação complexa, qual das seguintes afirmações é a mais correta, considerando a legislação trabalhista brasileira?

(A) A transação societária resultante na formação do novo grupo econômico não afeta os direitos trabalhistas dos empregados, pois o conceito de grupo econômico é estritamente aplicável a empresas que compartilham a mesma atividade econômica principal, excluindo-se as atividades rurais e urbanas.

(B) Os trabalhadores envolvidos em atividades agrícolas em áreas rurais não serão afetados pela sucessão de empregadores, pois a legislação trabalhista brasileira estabelece que a sucessão de empregadores não se aplica a contratos de trabalho rurais, que são regidos por legislação específica.

(C) A sucessão de empregadores não exige a nova empresa, resultante da cisão, de responsabilidades trabalhistas em relação aos empregados transferidos, que mantêm todos os direitos adquiridos durante o contrato de trabalho anterior, incluindo estabilidade e vantagens salariais, conforme previsto na CLT.

(D) A empresa resultante da cisão não pode ser considerada sucessora da empresa original em relação aos trabalhadores urbanos, pois a sucessão de empregadores se aplica exclusivamente a contratos de trabalho rurais, não se estendendo a trabalhadores urbanos, cuja relação de emprego é regida pelas normas gerais da CLT.

(E) A formação do novo grupo econômico e a sucessão de empregadores não geram impacto nos contratos de trabalho dos empregados, uma vez que as empresas envolvidas na transação têm personalidades jurídicas distintas e não compartilham controle administrativo, financeiro ou organizacional.

53.

Um AFT investiga uma denúncia em um hospital que contratou recentemente vários técnicos de enfermagem. A denúncia alega que os técnicos estão trabalhando em turnos consecutivos de 12 horas sem o devido descanso, o que contraria a legislação trabalhista. Ao abordar a questão, o auditor deve considerar que:

(A) A legislação permite jornadas de 12 horas seguidas por 36 horas de descanso, desde que isso esteja previsto em acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, respeitando a natureza especial do serviço de saúde que exige disponibilidade contínua.

(B) Trabalhadores da saúde são exceção à regra geral da CLT, podendo ser submetidos a jornadas de até 60 horas semanais sem necessidade de acordo ou convenção coletiva, dada a essencialidade de seus serviços.

(C) A natureza do trabalho hospitalar justifica a extensão da jornada para 12 horas consecutivas, independente de acordo coletivo, pois a prioridade é a manutenção da saúde pública acima das normas trabalhistas.

(D) Mesmo em serviços essenciais como o hospitalar, a legislação exige que qualquer extensão da jornada de trabalho além do limite legal seja compensada com períodos equivalentes de descanso ou devidamente remunerada como hora extra.

(E) Técnicos de enfermagem, por realizarem atividades críticas, estão isentos das limitações de horas de trabalho impostas pela CLT, podendo a administração do hospital determinar jornadas conforme a demanda por serviços de saúde.

54.

Em uma indústria de produção de alimentos, os funcionários que trabalham no setor de produção relataram desconforto devido à falta de adequadas condições sanitárias nos locais de trabalho. O gestor de recursos humanos decide investigar a situação e consulta a Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24) para garantir a conformidade com as disposições legais. De acordo com referida norma, qual das seguintes condições é obrigatória nos locais de trabalho para garantir o conforto e bem-estar dos trabalhadores?

(A) Disponibilidade de um bebedouro com água potável, na proporção de, no mínimo, 1 (um) para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores ou fração.

(B) Instalação de chuveiros de água quente e fria, disponíveis para uso dos funcionários durante o expediente de trabalho, em qualquer tipo de atividade.

(C) Disponibilidade de equipamentos de ginástica e áreas de descanso para promover a saúde e o bem-estar dos funcionários.

(D) Fornecimento de lanches e refeições gratuitas para todos os funcionários, garantindo alimentação adequada durante o expediente.

(E) Instalação de ar-condicionado em todos os ambientes de trabalho, proporcionando temperatura confortável durante todo o expediente.

55.

Uma empresa do ramo químico, que lida com substâncias nocivas à saúde, está revisando seu Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) para garantir sua conformidade com a Norma Regulamentadora nº 7 (NR 7). Durante a revisão, surgiram dúvidas sobre a periodicidade dos exames médicos ocupacionais para os trabalhadores expostos a agentes químicos. Considerando a NR 7 e a complexidade das atividades desempenhadas nessa empresa, assinale a alternativa que reflete maior precisão em relação à periodicidade dos exames médicos ocupacionais:

(A) Os exames médicos periódicos devem ser realizados semestralmente para todos os empregados, independentemente da exposição a agentes químicos, para garantir a vigilância constante da saúde dos trabalhadores.

(B) Para os trabalhadores expostos a agentes químicos, os exames médicos periódicos devem ser realizados trimestralmente, devido ao potencial de risco à saúde decorrente da exposição contínua a esses agentes.

(C) A periodicidade dos exames médicos ocupacionais para os trabalhadores expostos a agentes químicos deve ser determinada com base na avaliação do risco ocupacional, levando em consideração a natureza, intensidade e frequência da exposição, bem como os resultados de exames médicos anteriores.

(D) Os exames médicos periódicos devem ser realizados anualmente para todos os empregados, incluindo aqueles expostos a agentes químicos, conforme estabelecido pela legislação trabalhista vigente.

(E) A periodicidade dos exames médicos ocupacionais para os trabalhadores expostos a agentes químicos deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, que recomenda exames semestrais para garantir a detecção precoce de possíveis danos à saúde.

56.

Em um complexo agroindustrial, um AFT verifica que, apesar da existência de maquinário moderno, há relatos frequentes de acidentes de trabalho. Investigando mais a fundo, o auditor descobre que os trabalhadores não recebem treinamento adequado sobre o uso seguro das máquinas. Esta situação viola especificamente qual norma regulamentadora e que medida deve ser imediatamente implementada pela empresa?

(A) NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: A empresa deve iniciar um programa intensivo de treinamento sobre operação segura de máquinas, incluindo simulações práticas e avaliações de competência.

(B) NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA): A empresa necessita formar imediatamente uma CIPA ativa, mesmo em contextos agroindustriais, para liderar campanhas educativas sobre segurança.

(C) NR-17 – Ergonomia: É imperativo que a empresa realize uma reavaliação ergonômica do local de trabalho, assumindo que a causa dos acidentes seja a má adaptação dos trabalhadores ao maquinário.

(D) NR-7 – Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): A empresa deve expandir seu PCMSO para incluir exames específicos que avaliem a aptidão dos trabalhadores para operar o maquinário.

(E) NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura: A empresa deve adaptar suas políticas de segurança e saúde para abordar especificamente os riscos associados ao setor agroindustrial.

57.

Durante uma auditoria em uma plataforma de petróleo, um AFT nota que não há procedimentos claros para a evacuação em caso de emergência. Além disso, os trabalhadores relatam nunca terem participado de um simulado de evacuação. Este cenário indica não conformidade com qual norma regulamentadora, e qual ação deve ser prioritária?

(A) NR-37 – Segurança e Saúde em Plataformas de Petróleo: A empresa deve desenvolver e implementar imediatamente um plano de emergência detalhado, seguido da realização de exercícios simulados de evacuação com toda a equipe.

(B) NR-23 – Proteção Contra Incêndios: A plataforma precisa instalar sistemas adicionais de combate a incêndio e realizar treinamentos mensais sobre o uso desses sistemas, dada a ausência de procedimentos de evacuação.

(C) NR-33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados: É urgente que a empresa realize uma análise de risco para identificar espaços confinados na plataforma e treinar os trabalhadores para a evacuação segura desses locais.

(D) NR-35 – Trabalho em Altura: A empresa deve focar no treinamento de técnicas de descida rápida para todos os trabalhadores, considerando a estrutura elevada das plataformas de petróleo.

(E) NR-26 – Sinalização de Segurança: Priorizar a instalação de sinalizações visuais e auditivas claras ao longo da plataforma, garantindo que os trabalhadores estejam cientes das rotas de evacuação em qualquer ponto da instalação.

58.

Um AFT em visita a uma fábrica de papel descobre que a empresa realiza a gestão de resíduos industriais por meio de um processo de queima controlada, mas não há monitoramento da exposição dos trabalhadores aos poluentes gerados por essa queima. Aponte a alternativa correta que contém a norma regulamentadora relativa ao problema apontado, bem como qual deve ser a primeira medida corretiva:

(A) NR-15 – Atividades e Operações Insalubres: A empresa deve iniciar imediatamente o monitoramento da qualidade do ar no ambiente de trabalho e avaliar a exposição dos trabalhadores aos poluentes, ajustando os procedimentos conforme necessário para garantir a saúde ocupacional.

(B) NR-25 – Resíduos Industriais: Enquanto a queima controlada de resíduos é uma prática de gestão, a empresa precisa implementar um sistema de ventilação adequado para minimizar a exposição dos trabalhadores aos poluentes.

(C) NR-9 – Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA): A falta de monitoramento da exposição aos poluentes exige uma revisão e atualização urgente do PPRA, incluindo medidas de controle e monitoramento específicas para a queima de resíduos.

(D) NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos: Deve-se verificar a adequação e a segurança do equipamento utilizado para a queima de resíduos, garantindo que não represente risco adicional aos trabalhadores.

(E) NR-31 – Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura: A empresa deve adaptar as práticas agrícolas e florestais para evitar a queima de resíduos como método de gestão, buscando alternativas mais seguras.

59.

Durante uma operação de fiscalização em uma fazenda remota, um AFT descobre um grupo de trabalhadores vivendo em condições precárias, sem acesso a saneamento básico, água potável e alimentação adequada.

Além disso, esses trabalhadores não possuem contratos formais e foram recrutados sob promessas enganosas de remuneração e condições de trabalho. Essa situação é um indicativo de:

(A) Não conformidade com a NR-18, que estabelece condições mínimas de segurança e saúde no trabalho na indústria da construção, sugerindo a necessidade de implementação urgente de alojamentos adequados.

(B) Violação da NR-24, que determina os requisitos mínimos para condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, requerendo ação imediata para adequar as instalações residenciais dos trabalhadores.

(C) Prática de trabalho análogo ao de escravo, conforme definido no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, exigindo a libertação imediata dos trabalhadores e a penalização dos responsáveis.

(D) Desrespeito à NR-31, que especifica as normas de saúde e segurança no trabalho rural, indicando a necessidade de revisão das políticas de gestão de recursos humanos e acomodações.

(E) Inobservância da Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, remetendo a um problema histórico e cultural ainda presente, demandando medidas educativas além das punitivas.

60.

Acerca da natureza jurídica das convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificadas pelo Brasil, assinale a alternativa correta:

(A) As convenções da OIT, uma vez ratificadas pelo Congresso Nacional, tornam-se automaticamente leis internas, substituindo qualquer legislação trabalhista pré-existente que esteja em conflito.

(B) Embora as convenções da OIT tenham caráter recomendatório, a ratificação pelo Brasil implica compromisso moral, sem efeitos jurídicos vinculantes ou necessidade de adaptação legislativa.

(C) A ratificação de convenções da OIT pelo Brasil requer a criação de leis complementares específicas para cada convenção, as quais devem passar por um novo processo legislativo.

(D) As convenções da OIT ratificadas pelo Brasil integram o ordenamento jurídico brasileiro, devendo ser cumpridas internamente e podendo ser invocadas perante a justiça do trabalho.

(E) As convenções da OIT funcionam como diretrizes gerais para a elaboração da legislação trabalhista, mas não possuem força de lei no Brasil, servindo apenas como referência para o aprimoramento das normas internas.

61.

Em uma fazenda agrícola, localizada em uma região remota do país, um grupo de trabalhadores rurais foi contratado para realizar atividades de colheita durante a temporada de safra. Durante a jornada de trabalho, um dos trabalhadores sofreu um acidente grave enquanto operava uma máquina agrícola, resultando em lesões sérias. Após o acidente, surge uma discussão sobre a aplicabilidade da legislação trabalhista e das normas de segurança e saúde no trabalho rural. Considerando a Lei nº 5.889/73 e a Norma Regulamentadora nº 31 (NR 31), assinale a alternativa correta que melhor reflete a responsabilidade e obrigações do empregador em relação à segurança e saúde no trabalho rural.

(A) O empregador não possui responsabilidade direta pela segurança e saúde dos trabalhadores rurais, uma vez que as atividades agrícolas são naturalmente mais perigosas e imprevisíveis, cabendo aos trabalhadores assumir os riscos inerentes à profissão.

(B) O empregador é responsável por fornecer capacitação e treinamento adequado, EPIs e garantir condições de segurança no ambiente de trabalho, conforme estabelecido na NR 31, sendo passível de penalidades em caso de descumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho rural.

(C) A responsabilidade pela segurança e saúde no trabalho rural é compartilhada entre empregador e trabalhadores, sendo necessário o acordo mútuo entre as partes para a implementação de medidas de segurança e prevenção de acidentes.

(D) As obrigações do empregador em relação à segurança e saúde no trabalho rural estão sujeitas apenas à legislação específica do setor agrícola, sendo dispensável o cumprimento das normas gerais de segurança estabelecidas pela NR 31.

(E) O empregador é isento de responsabilidade pela segurança e saúde no trabalho rural, uma vez que as atividades agrícolas estão sujeitas a condições climáticas adversas e imprevisíveis, tornando impossível a implementação eficaz de medidas de segurança e prevenção de acidentes.

62.

Em uma cooperativa agrícola, um grupo de trabalhadores se une sob o princípio da gestão democrática e da divisão equitativa das receitas. Entretanto, um Auditor-Fiscal do Trabalho (AFT) observa que, apesar da estrutura cooperativa, algumas práticas de gestão do trabalho não seguem os preceitos da Lei nº 12.690/2012, que regula as cooperativas de trabalho.

Assinale, dentre as seguintes ações, a que está em desacordo com a legislação mencionada:

(A) Criação de outros fundos, pela cooperativa de trabalho, além daqueles obrigatórios previstos em lei, utilizando recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, custeio, aplicação e liquidação.

(B) Realização de assembleias gerais para decisões estratégicas, onde cada cooperado tem direito a um voto, promovendo a gestão democrática e participativa.

(C) Contratação de cooperados para trabalharem exclusivamente para um único cliente externo, de forma que a mão-de-obra contada seja subordinada a ele.

(D) A participação de procedimentos de licitação pública que tenham por escopo os mesmos serviços, operações e atividades previstas objeto social da cooperativa de trabalho.

(E) Participação na gestão em todos os níveis de decisão de acordo com o previsto em lei e no Estatuto Social.

63.

A empresa "Trabalho Seguro Ltda." está em processo de implementação de medidas para prevenção e gerenciamento de riscos ocupacionais, conforme estabelecido na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). Durante uma reunião de planejamento, o gestor de segurança do trabalho expressou dúvidas sobre as responsabilidades da organização no gerenciamento de riscos ocupacionais. De acordo com a mencionada norma regulamentadora, assinale a alternativa que contém as responsabilidades da organização no gerenciamento de riscos ocupacionais:

(A) Evitar os riscos ocupacionais, identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, avaliar os riscos ocupacionais, classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção, implementar medidas de prevenção de acordo com a classificação de risco e acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

(B) Consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, não podendo adotar as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio (CIPA), comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

(C) Realizar auditorias trimestrais para avaliação da eficácia das medidas de segurança adotadas, fixar procedimentos para recebimento e acompanhamento de denúncias, aplicar sanções administrativas aos responsáveis pelos atos de assédio sexual e violência, e realizar ações de capacitação dos empregados sobre temas relacionados à violência, ao assédio, à igualdade e à diversidade no âmbito do trabalho.

(D) Submeter-se aos exames médicos previstos nas NR, colaborar com a organização na aplicação das NR e usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

(E) Implementar, por estabelecimento, o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades, avaliar os riscos ocupacionais, sem a necessidade de indicar o nível de risco, comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR, e adotar medidas para melhorar o desempenho em segurança e saúde do trabalho.

64.

Uma fábrica de processamento químico é auditada por um AFT, que identifica que mulheres grávidas estão sendo expostas a substâncias insalubres acima dos limites de tolerância no desempenho de suas atividades. De acordo com as normativas trabalhistas vigentes, assinale a alternativa que apresenta violação de direitos e medidas de proteção destinadas às trabalhadoras gestantes:

(A) A CLT, em seu artigo 394-A, determina que a empregada gestante deve ser afastada, durante toda a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo a empresa assegurar a remoção da trabalhadora dessas condições ou a sua transferência para função salubre, sem prejuízo de seu salário.

(B) A CLT proíbe o trabalho da mulher grávida ou lactante em atividades consideradas perigosas, mas permite sua atuação em ambientes insalubres de grau mínimo ou médio, desde que apresentem laudo médico autorizando tal prática.

(C) O Decreto nº 5.452/1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não especifica restrições ao trabalho insalubre para mulheres grávidas, deixando a regulamentação dessas condições a critério dos sindicatos e convenções coletivas.

(D) A Norma Regulamentadora nº 32 (NR-32), relacionada à segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, estabelece diretrizes específicas para a proteção de trabalhadoras gestantes em ambientes hospitalares, mas não se aplica às lactantes.

(E) A CLT adota um regime de revezamento de turnos para as trabalhadoras gestantes, de modo a reduzir a exposição contínua a condições insalubres, em resguardo às normas de higiene, saúde e segurança no trabalho.

65.

Um trabalhador rural busca reivindicar direitos trabalhistas não reconhecidos pelo seu empregador, relacionados a horas extras não pagas ao longo dos últimos três anos. Considerando os conceitos de prescrição e decadência no âmbito do direito do trabalho, assinale a alternativa correta acerca do prazo máximo para que este trabalhador possa ajuizar uma ação reclamatória trabalhista para buscar esses direitos:

(A) Cinco anos para os trabalhadores urbanos, conforme estabelecido pela Constituição Federal, mas o prazo é reduzido para três anos para os trabalhadores rurais, de acordo com a Lei nº 5.889/1973.

(B) Dois anos após o término do contrato de trabalho, independentemente de ser trabalhador urbano ou rural, para ajuizar qualquer ação contra o empregador referente a créditos resultantes das relações de trabalho.

(C) Três anos a partir da data em que o direito poderia ter sido exigido, para trabalhadores urbanos e rurais, período após o qual qualquer reivindicação se torna prescrita.

(D) Um ano após a rescisão do contrato de trabalho, para que o trabalhador rural possa reivindicar direitos não reconhecidos, diferentemente do prazo aplicável aos trabalhadores urbanos.

(E) Dois anos após o término do contrato de trabalho, independentemente de ser trabalhador urbano ou rural, para ajuizar qualquer ação contra o empregador referente a créditos resultantes das relações de trabalho, limitados a 3 anos anteriores ao ajuizamento da ação.

66.

Durante uma assembleia de trabalhadores, discute-se a possibilidade de iniciar uma greve após negociações fracassadas por melhores condições de trabalho. De acordo com a legislação brasileira sobre o direito de greve, assinale a alternativa correta acerca da condição necessária para que a greve seja considerada legal:

(A) Os trabalhadores ou as entidades sindicais devem notificar o empregador e os usuários, com pelo menos 72 horas de antecedência, sobre a intenção de iniciar a greve, em caso de serviços ou atividades essenciais.

(B) A greve só pode ser iniciada após a aprovação em assembleia geral, com quórum mínimo de 50% mais um dos trabalhadores da categoria.

(C) É imperativo que a greve seja aprovada por, no mínimo, dois terços dos trabalhadores da empresa em uma votação secreta.

(D) A greve deve ser declarada imediatamente após o fracasso das negociações, sem a necessidade de qualquer notificação prévia ao empregador.

(E) Apenas é legal a greve que se inicia após a intervenção de um mediador do Ministério do Trabalho para tentar um acordo final entre as partes.

67.

Em uma empresa do setor industrial, após uma reestruturação financeira, a diretoria decide reduzir o salário de alguns funcionários para equilibrar as finanças da empresa. Diante dessa situação, os trabalhadores afetados questionam a legalidade da medida, alegando violação do princípio da irredutibilidade salarial. Considerando a legislação brasileira sobre salário-mínimo, irredutibilidade salarial e garantia de salário, qual das seguintes afirmações melhor reflete os direitos dos trabalhadores nesse contexto?

(A) A empresa tem o direito de reduzir temporariamente o salário dos funcionários, ainda que inferior ao mínimo, desde que a medida seja necessária para evitar demissões em massa e seja acordada por meio de negociação coletiva com o sindicato da categoria.

(B) A irredutibilidade salarial é um princípio constitucional que proíbe a redução do salário, salvo nos casos expressamente previstos em lei ou nos casos de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

(C) Os trabalhadores têm o direito de recusar a redução salarial proposta pela empresa, e a medida só pode ser aplicada mediante autorização expressa dos empregados e respeitando o valor mínimo estabelecido pela legislação como salário-mínimo nacional.

(D) A empresa pode reduzir o salário dos funcionários em até 25% por período determinado, desde que a medida seja necessária para a sobrevivência do negócio e seja aprovada pelo Ministério da Economia, conforme estabelecido na legislação trabalhista vigente.

(E) A garantia do salário-mínimo é um direito constitucional assegurado a todos os trabalhadores, e qualquer redução salarial que resulte em remuneração inferior ao salário-mínimo nacional é considerada ilegal e passível de punição pela legislação trabalhista, exceto se chancelado pelo sindicato da categoria profissional.

68.

Em relação à fiscalização do trabalho doméstico, é importante observar as disposições legais que regem a atuação do Auditor-Fiscal do Trabalho no domicílio do empregador. Com base nas normas estabelecidas na Lei 10.593/2002 e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa incorreta sobre a aplicação do critério de dupla visita.

(A) O critério de dupla visita é obrigatório apenas quando há constatação de infração por falta de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

(B) A fiscalização do trabalho doméstico no âmbito do domicílio do empregador não está sujeita ao critério de dupla visita.

(C) O critério de dupla visita é aplicável somente quando o Auditor-Fiscal do Trabalho é acompanhado pelo empregador ou por alguém de sua família designado por ele, sem necessidade de agendamento prévio.

(D) O critério de dupla visita é obrigatório em todas as situações de fiscalização do trabalho doméstico, conforme estabelecido na Lei Complementar no 150/2015.

(E) O critério de dupla visita é facultativo, devendo o Auditor-Fiscal do Trabalho decidir sua aplicação conforme sua discricionariedade.

69.

Durante uma inspeção em uma grande fazenda produtora de soja, um AFT verifica que os alojamentos dos trabalhadores rurais não possuem ventilação adequada, o que é uma contravenção direta de qual Norma Regulamentadora?

(A) NR-24, que determina as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, incluindo a necessidade de ventilação adequada nos alojamentos.

(B) NR-31, específica para a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, exigindo condições adequadas de alojamento.

(C) NR-18, que estabelece diretrizes para condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, mas não se aplica diretamente ao setor agrícola.

(D) NR-15, sobre atividades e operações insalubres, que poderia ser interpretada como abrangente às condições de alojamento, embora não seja especificamente direcionada a elas.

(E) NR-5, que institui a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), focando na prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho sem especificar condições de alojamento.

70.

Uma empresa do setor de varejo decidiu implementar um banco de horas para flexibilizar a gestão da jornada de trabalho de seus empregados, especialmente para adequar-se às variações sazonais da demanda. O sistema permite que horas trabalhadas além da jornada normal sejam compensadas por períodos equivalentes de folga, dentro de um ciclo de compensação definido. Contudo, alguns empregados expressaram preocupações sobre como as horas extras são calculadas e compensadas. Considerando as normas trabalhistas sobre banco de horas, qual é a afirmação CORRETA:

(A) O banco de horas pode ser estabelecido por acordo coletivo, convenção coletiva ou acordo individual escrito, devendo, neste último caso, as horas extras trabalhadas serem compensadas com folgas em até seis meses após a sua realização.

(B) Para a implementação do banco de horas, é obrigatório que todas as horas extras sejam compensadas com um adicional de 50% sobre a hora normal, além da concessão de folgas correspondentes, garantindo assim a dupla compensação aos trabalhadores.

(C) O sistema de banco de horas dispensa a empresa da necessidade de pagar qualquer adicional por horas extras trabalhadas, desde que a compensação por folgas ocorra dentro do período de um ano, de acordo com a preferência da gestão.

(D) As horas extras somente podem ser compensadas por folgas se houver um acordo coletivo estabelecendo esta prática, sendo proibido o estabelecimento de banco de horas por acordo individual entre empregador e empregado.

(E) O banco de horas é automaticamente válido para todos os empregados, independentemente de sua concordância, e as horas trabalhadas além da jornada normal não precisam ser compensadas se o empregado já recebe um salário acima do piso da categoria.

RASCUNHO

GABARITOS E COMENTÁRIOS

01. De acordo com o art. 27 da Lei de Acesso à Informação: “A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: a) Presidente da República; b) Vice-Presidente da República; c) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas; d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

GABARITO: A

02. A alternativa está de acordo com o texto expresso do número XVIII do Decreto 1.171/1994: “XVIII - À Comissão de Ética incumbe fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público.”.

GABARITO: A

03. Nos termos do art. 13 do Decreto 11.529/2023, a Controladoria-Geral da União manterá o Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para divulgar dados e informações sobre a gestão de recursos públicos e sobre servidores públicos.

GABARITO: A

04. Nos termos do art. 11-A do Decreto 9.203, de 22 de novembro de 2017, a Secretaria-Executiva do CIG será exercida pela Secretaria Especial de Relações Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

GABARITO: E

05. A alternativa A está correta, pois a realização de uma auditoria interna é uma prática comum para identificar problemas de gestão, como desvios de recursos, e tomar medidas corretivas para garantir a eficácia e a legalidade do programa. Vamos analisar as incorretas: b) Ignorar discrepâncias pode levar a problemas maiores no futuro e não é uma prática responsável de gestão pública. O monitoramento e a avaliação são essenciais para corrigir falhas e garantir a efetividade dos programas; c) Suspender um programa sem investigação adequada pode prejudicar os beneficiários e gerar repercussões negativas, especialmente se o programa for uma fonte importante de assistência para a população; d) Transferir responsabilidades não resolve o problema subjacente e pode resultar em falta de prestação de contas. A administração pública deve lidar com questões internas de forma transparente e responsável; e) embora uma revisão completa seja importante, ela pode ser considerada uma abordagem excessivamente ampla e demorada para resolver imediatamente a discrepância identificada. Uma auditoria interna seria mais direta e eficaz para lidar com o problema imediato.

GABARITO: A

06. A alternativa C é a correta, pois a instituição de um conselho consultivo independente é uma medida eficaz para garantir a continuidade e a institucionalização das políticas de Direitos Humanos, ao envolver diferentes partes interessadas e promover a transparência na implementação das políticas. Vamos as alternativas incorretas:

GABARITOS E COMENTÁRIOS

a) deixar a implementação exclusivamente ao poder executivo pode não garantir a continuidade das políticas, pois estas podem ser facilmente alteradas ou revogadas por futuros governos, que podem não compartilhar os mesmos compromissos com os Direitos Humanos; b) em que pese a colaboração com organizações internacionais seja importante, a dependência exclusiva delas para monitorar e avaliar a implementação das políticas pode não garantir a autonomia e a eficácia das políticas de Direitos Humanos no âmbito nacional; d) a limitação do escopo das políticas de Direitos Humanos apenas aos direitos civis e políticos pode comprometer a abrangência e a eficácia das políticas, pois os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis, e a proteção de todos os aspectos dos direitos humanos é essencial para garantir a dignidade e a igualdade de todos os indivíduos; e) em que pese o setor privado e as organizações não governamentais desempenhem um papel importante na promoção e proteção dos direitos humanos, a transferência exclusiva da responsabilidade pela implementação das políticas de Direitos Humanos para essas entidades pode comprometer a transparência e a eficácia das políticas, pois estas devem ser uma responsabilidade primária do Estado.

GABARITO: C

07. A alternativa E aponta corretamente a principal diferença entre o parlamentarismo e o presidencialismo: no Presidencialismo, as funções de chefe de Estado e de governo são atribuídas ao Presidente, enquanto no parlamentarismo, há a divisão apresentada na questão.

GABARITO: E

08. O federalismo brasileiro foi, de fato, influenciado pelo modelo desenvolvido pelos Estados Unidos da América, mas há uma distinção crucial entre os dois sistemas. Enquanto os EUA emergiram como uma federação desde sua fundação, a estrutura federal brasileira se desenvolveu de forma diferente. O Brasil começou como um Estado unitário e depois evoluiu para uma federação. Essa diferença de trajetória histórica impactou não apenas na estruturação dos sistemas, mas também nas dinâmicas políticas e administrativas de cada país. Enquanto os EUA têm uma longa tradição federalista desde sua origem, o Brasil enfrentou desafios distintos ao adotar esse modelo em um estágio posterior de sua história. Assim, a opção correta é a alternativa d), destacando a discrepância na origem e na evolução dos sistemas federativos de ambos os países.

GABARITO: D

09. Nos termos do art. 3º da Lei 14.129/2021, o correto é a busca pela desburocratização, e não burocratização, veja-se: “I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;”.

GABARITO: A

10. De acordo com o art. 20, § 1º, da Lei 14.129/2021, as Plataformas de Governo Digital deverão ser acessadas por meio de portal, de aplicativo ou de outro canal digital único e oficial, para a disponibilização de informações institucionais, notícias e prestação de serviços públicos.

GABARITO: A

GABARITOS E COMENTÁRIOS

11. A marginalização é um processo social que ocorre quando um indivíduo ou grupo é relegado ou confinado a uma condição social inferior, à beira ou à margem da sociedade. Os indivíduos marginalizados são separados do resto da sociedade e não são considerados parte dela.

GABARITO: B

12. Não há projeto ou pedido para indenizar economicamente os descendentes de escravos negros no Brasil.

GABARITO: B

13. Ações afirmativas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

GABARITO: D

14. Art. 5º, XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

GABARITO: C

15. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

GABARITO: B

16. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

GABARITO: E

17. Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

18. Art. 22. Haverá na estrutura de cada Ministério Civil os seguintes Órgãos Centrais:

I - Órgãos Centrais de planejamento, coordenação e controle financeiro.

II - Órgãos Centrais de direção superior.

GABARITO: E

19. O principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos. Ele se inicia no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor.

GABARITO: D

20. Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

GABARITO: D

21. Segundo Schultz, quanto mais o funcionário estiver satisfeito com a sua vida pessoal, quanto mais intelectualidade ele tiver, quanto mais possibilidade de ascensão, melhor esse funcionário será para a empresa.

GABARITO: E

22. No contexto acima é possível analisar que a profissional Andrya, está inserida dentro da perspectiva de crescimento da rede de restaurantes por organizar uma série de novas mudanças para o corpo de funcionários.

GABARITO: A

23. No ano de 2023, foram 61 ações, tendo sido resgatados 500 trabalhadores pela Inspeção do Trabalho. Dos 174 estabelecimentos fiscalizados neste ano, 38 deles ocorreram em MG, seguido de Goiás, com 21 e Rio Grande do Sul, com 14. Goiás ficou em primeiro lugar no número de resgates em 2023, com 390 pessoas resgatadas pela Inspeção do Trabalho em condições de escravidão moderna. Em seguida vieram Rio Grande do Sul, com 304 resgates, Minas Gerais com 207 e São Paulo com 184 pessoas resgatadas. O cultivo de cana-de-açúcar foi o setor onde ocorreu o maior resgate de trabalhadores, seguidos das atividades de apoio à pecuária, cultivo de uva e a construção de estações elétricas.

GABARITO: A

GABARITOS E COMENTÁRIOS

24. Existe uma contradição entre as características modernas e mais flexíveis de trabalho e a precarização do mesmo. Empresas contemporâneas apresentam uma quase ilusão de flexibilidade e outros ganhos sob a égide das dificuldades laborais.

GABARITO: D

25. Os meios materiais de produção são apropriados como propriedades privadas e não livres.

GABARITO: B

26. A partir do avanço da urbanização e industrialização, as cidades foram se desenvolvendo e o número de pessoas em busca de oportunidades de emprego não foi suprida por esse crescimento. O que casou gradativamente uma desigualdade.

GABARITO: B

27. As principais consequências da Revolução Industrial foram as novas relações de trabalho; a consolidação do capitalismo; a industrialização dos países; a expansão do imperialismo; o êxodo rural, maior divisão técnica do trabalho, utilização constante de máquinas, urbanização; os avanços nos campos da medicina, do transporte e das telecomunicações; o aumento da capacidade produtiva e do consumo; os impactos ambientais negativos etc.

GABARITO: B

28. Antes da difusão sobre o problema do trabalho infantil e da jornada de trabalho que superava as 10 horas, esses eram aspectos comuns na sociedade brasileira.

GABARITO: D

29. Organização em rede e tecnologia de informação. As organizações em rede são um movimento incentivado, principalmente, pela evolução das tecnologias de informação e comunicação, as quais encurtam distâncias e favorecem a transposição de barreiras geográficas.

GABARITO: D

30. Criaram-se mercados comuns entre grupos de nações, chamados de megablocos ou blocos regionais.

GABARITO: A

31. O evento descrito na reportagem apontada para um ato de agressão praticado por terceiro no contexto do trabalho com o potencial de causar uma lesão à saúde, contudo, os mecanismos de segurança evitaram a concretização do acidente, o que caracteriza a figura do incidente: “ocorrência que sem ter resultado em danos à saúde ou integridade física de pessoas tinha potencial para causar tais agravos.

GABARITO: D

GABARITOS E COMENTÁRIOS

32. Na análise do acidente do trabalho é pertinente classificar os fatores causais do evento adverso em três níveis: fatores imediatos, fatores subjacentes e fatores latentes. Com efeito, aos fatores latentes correspondem às condições iniciadoras que possibilitam o surgimento de todos os outros fatores relacionados ao evento adverso. Frequentemente são remotas no tempo e no que se refere à hierarquia dos envolvidos, quando consideradas em relação ao evento. Geralmente envolvem concepção, gestão, planejamento ou organização.”

GABARITO: A

33. A expressão ‘acidente maior’ designa todo evento subitâneo (inesperado), como uma emissão, um incêndio ou uma explosão de grande magnitude, no curso de uma atividade em instalação sujeita a riscos de acidentes maiores, envolvendo uma ou mais substâncias perigosas e que implica grave perigo, imediato ou retardado, para os trabalhadores, a população ou o meio ambiente. Alternativa correta letra “e”.

GABARITO: E

34. Os locais de trabalho devem possuir saídas de emergência em número suficiente. As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser mantidas desobstruídas. As saídas de emergências podem contar dispositivos que facilitem a abertura de dentro para fora do estabelecimento. A organização tem o dever de fornecer informações sobre a utilização dos equipamentos de combate ao incêndio. Por fim, é correto afirmar que a identificação e sinalização das aberturas, saídas e vias de passagem devem estar de acordo com a legislação estadual. Alternativa correta letra “b”.

GABARITO: B

35. A NR-33 tem como objetivo estabelecer os requisitos para a caracterização dos espaços confinados, os critérios para o gerenciamento de riscos ocupacionais em espaços confinados e as medidas de prevenção. Nesse contexto, atribui-se responsabilidades a diferentes trabalhadores para viabilizar a segurança daqueles que trabalham em espaços confinados, incumbindo ao vigia a atribuição de acionar as equipes de emergência e salvamento. Alternativa correta letra “c”.

GABARITO: C

36.

A Toxicologia Ocupacional dedica-se a compreender os efeitos decorrentes da exposição dos trabalhadores aos agentes químicos. Assim, a sílica libre cristalina é objeto da Toxicologia Ocupacional, ao passo que as demais alternativas apresentam agentes biológicos. Alternativa correta letra “a”.

GABARITO: A

37. A primeira assertiva está correta. A segunda assertiva está errada, na medida em que o efeito tóxico diminui perceptivelmente a capacidade do organismo de manter o equilíbrio de suas funções (homeostasia). A terceira assertiva está incorreta, uma vez que o efeito nocivo aumenta a susceptibilidade do organismo aos efeitos adversos de outros fatores ambientais. Alternativa correta letra “b”.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

38. A Dose letal 50 (DL50) é a dose que levou à morte metade (50%) da população de animais de laboratório submetida à administração daquela dose, sendo parâmetro importante no contexto da toxicidade aguda. Assim, em um estudo com 200 cobaias, a DL50 é aquela dose capaz de matar 100 cobaias (metade). Alternativa correta letra “c”.

GABARITO: C

39. As fases da intoxicação compreendem a exposição, a toxicocinética (movimentação do agente nocivo no organismo), a toxicodinâmica (interação) e a fase clínica (quando é possível detectar os efeitos adversos). A etapa de absorção é uma subdivisão da toxicocinética. Alternativa correta letra “e”.

GABARITO: E

40. Os limites de exposição ocupacional correspondem ao nível de exposição ao agente nocivo que é incapaz de gerar efeitos adversos à saúde do trabalhador. Assim, o limite de exposição ocupacional é fixado abaixo do NOAEL, em razão da aplicação de uma margem de segurança, baseada no fator de incerteza. Alternativa correta letra “a”.

GABARITO: A

41. “A toxicidade aguda é caracterizada quando os efeitos adversos ocorrem logo após uma única exposição ou múltiplas no período de 24 horas. A dose única é utilizada para determinar a potência no caso de ingestão acidental ou intencional e as doses múltiplas para avaliar os efeitos cumulativos.” (BUSCHINELLI, José Tarcísio Penteado. Toxicologia ocupacional – São Paulo: Fundacentro, 2020). Alternativa correta letra “d”.

GABARITO: D

42. O enunciado trata da movimentação do agente nocivo após a sua absorção, relatando a chegada ao sítio de ação. Assim, a etapa descrita corresponde à distribuição, situada entre a absorção e a eventual biotransformação. Alternativa correta letra “c”.

GABARITO: C

43. A relação dose-efeito trata da correlação entre a dose de um agente nocivo absorvido e os efeitos no organismo sujeito a exposição. A relação dose-efeito pode ser proporcional, na medida em que o aumento da dose resulta em um aumento dos efeitos, conhecida como determinística. Contudo, há xenobióticos que não apresentam essa correlação, de modo que o aumento da dose não resulta em aumento de efeitos, isso é conhecido como relação não determinística. Alternativa correta letra “a”.

GABARITO: A

44. O enunciado descreve a figura do limite de tolerância ou limite de exposição ocupacional, conforme definido no item 15.1.5. da NR-15, MTE. Vale lembrar que o nível de ação corresponde ao nível de exposição ocupacional que exige a adoção de medidas preventivas para evitar que se alcance o limite de tolerância. Alternativa correta letra “b”.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

45. A NR-1 disciplina o gerenciamento dos riscos ocupacionais, estabelecendo os processos a serem observados pelas organizações com vistas à preservação da segurança e saúde dos trabalhadores. Nesse cenário, estabelece como uma das etapas a identificação dos perigos, cujo detalhamento está expresso no enunciado desta questão. Alternativa correta letra “e”.

GABARITO: E

46. Trata-se do grupo II de Schilling: doenças comuns (crônico-degenerativas, infecciosas, neoplásicas, traumáticas etc.) eventualmente modificadas no aumento da frequência de sua ocorrência ou na precocidade de seu surgimento em trabalhadores, sob determinadas condições de trabalho. Alternativa correta letra “b”.

GABARITO: B

47. Nos termos do Anexo I, da NR-1, o risco ocupacional decorre da combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde. Alternativa correta letra “a”.

GABARITO: A

48. O nexó técnico previdenciário epidemiológico caracteriza-se pela significância estatística da associação entre o código da Classificação Internacional de Doenças-CID e o da Classificação Nacional de Atividade Econômica-CNAE. Alternativa correta letra “e”.

GABARITO: E

49. As doenças relacionadas ao trabalho englobam as doenças profissionais e as doenças do trabalho. As primeiras são produzidas ou desencadeadas pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade. Vale mencionar que as alternativas “a”, “b”, “c” e “d” apresentam doenças não consideradas relacionadas ao trabalho. Alternativa correta letra “e”.

GABARITO: E

50. A higiene ocupacional é ramo da segurança e saúde do trabalhador dedica ao estudo e gerenciamento dos agentes físicos, químicos e biológicos presentes no meio ambiente laboral. Com efeito, esse conjunto de agentes formam o que é conhecido como “riscos ambientais”. Alternativa correta letra “b”.

GABARITO: B

51. A alternativa E é incorreta porque a legislação permite a prorrogação do contrato de trabalho temporário. Contudo, com a reforma trabalhista e alterações subsequentes, a duração total do contrato, pode exceder três meses, já que, embora haja uma limitação de 180 dias de prazo, ele poderá ser prorrogado por mais 90 dias, consecutivos ou não, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram (art. 10, §§1º e 2º, da Lei 6.019/74).

GABARITO: E.

GABARITOS E COMENTÁRIOS

52. Segundo o artigo 10 e 448 da CLT, na ocorrência de uma alteração na estrutura jurídica da empresa (como uma cisão), os direitos trabalhistas dos empregados são preservados, e a empresa sucessora assume as obrigações trabalhistas. Isso inclui os direitos adquiridos, estabilidade, vantagens salariais, entre outros. Assim, a sucessão de empregadores implica a manutenção de todos os direitos dos empregados, independentemente do tipo de atividade econômica ou local de trabalho.

GABARITO: C

53. A alternativa A é correta pois reflete o que está previsto na legislação trabalhista, em especial nas normas que tratam do trabalho em estabelecimentos de saúde, onde jornadas especiais, como a de 12x36, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação (art. 59-A, CLT), podem ser estabelecidas mediante acordo ou convenção coletiva, considerando a necessidade de continuidade do serviço.

GABARITO: A

54. De acordo com o Artigo 24.9.1.1 da NR 24, é obrigatória a disponibilidade de um bebedouro com água potável, O fornecimento de água deve ser feito por meio de bebedouros na proporção de, no mínimo, 1 (um) para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores ou fração, ou outro sistema. Essa medida visa garantir a hidratação adequada dos trabalhadores durante o expediente de trabalho, promovendo seu bem-estar e saúde. As demais alternativas não estão em conformidade com as disposições da NR 24.

GABARITO: A

55. Conforme estabelecido na NR 7, a periodicidade dos exames médicos ocupacionais para os trabalhadores expostos a agentes químicos deve ser determinada com base na avaliação do risco ocupacional. Essa avaliação leva em consideração diversos fatores, como a natureza, intensidade e frequência da exposição, bem como os resultados de exames médicos anteriores. Portanto, a resposta correta é a alternativa C.

GABARITO: C

56. A alternativa A é correta porque a NR-12 estabelece requisitos para a segurança no uso de máquinas e equipamentos, incluindo a necessidade de treinamento adequado para os operadores. A falta de treinamento adequado é uma violação direta desta NR, e a implementação imediata de um programa de treinamento específico é a medida corretiva necessária. As demais alternativas, embora abordem aspectos importantes da segurança e saúde no trabalho, não atacam diretamente o problema identificado de falta de treinamento no uso seguro do maquinário.

GABARITO: A

57. A alternativa A é correta porque a NR-37 é específica para a segurança e saúde em plataformas de petróleo e estabelece requisitos para a gestão de segurança, saúde e meio ambiente de trabalho, incluindo a necessidade de planos de emergência e a realização de simulados de evacuação. A elaboração de um plano de emergência detalhado e a realização imediata de exercícios simulados são essenciais para garantir a preparação adequada em caso de emergência real. As outras alternativas mencionam normas relevantes para a segurança do trabalho, mas não são tão específicas para o contexto de plataformas de petróleo quanto a NR-37.

GABARITO: A

GABARITOS E COMENTÁRIOS

58. A alternativa C é correta, pois a NR-9 foca na identificação, avaliação e controle de riscos ambientais, incluindo poluentes atmosféricos que podem afetar a saúde dos trabalhadores. A revisão e atualização do PPRA para incluir medidas específicas de controle e monitoramento da exposição dos trabalhadores aos poluentes gerados pela queima de resíduos é uma ação crítica. As demais alternativas, embora tratem de aspectos importantes da segurança e saúde no trabalho, não focam diretamente na avaliação e controle de riscos ambientais relacionados à exposição a poluentes como a NR-9.

GABARITO: C

59. A alternativa C é correta, pois as condições descritas configuram trabalho análogo ao de escravo, prática criminalizada pelo artigo 149 do Código Penal. A situação demanda ação imediata das autoridades para garantir a libertação dos trabalhadores e a responsabilização dos empregadores. As demais alternativas, embora tratem de normas importantes, não abordam diretamente a gravidade da situação descrita, que vai além de uma simples questão regulatória.

GABARITO: C

60. A alternativa D é correta porque as convenções da OIT, após ratificadas pelo Brasil, tornam-se parte do ordenamento jurídico nacional, tendo força de lei e podendo ser aplicadas e invocadas nas decisões da justiça do trabalho. As convenções ratificadas obrigam os Estados-partes a adaptarem suas legislações e práticas nacionais às normas internacionais estabelecidas.

GABARITO: D

61. De acordo com a Lei nº 5.889/73 e a NR 31, o empregador rural é responsável por fornecer capacitação e treinamento adequado, equipamentos de proteção individual (EPIs) e garantir condições de segurança no ambiente de trabalho. O descumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho rural pode acarretar penalidades para o empregador, conforme estabelecido na legislação trabalhista. Portanto, a alternativa correta é a B. As demais alternativas apresentam interpretações incorretas ou incompletas das obrigações do empregador em relação à segurança e saúde no trabalho rural.

GABARITO: B

62. A alternativa C é incorreta e requer correção, pois a contratação de cooperados para trabalhar exclusivamente para um único cliente pode caracterizar uma relação de emprego (art. 5º, da Lei), contrariando o objetivo das cooperativas de trabalho de promover a autonomia e a gestão democrática. A Lei nº 12.690/2012 visa prevenir a precarização do trabalho e garantir que as cooperativas não sejam utilizadas para simular relações de emprego tradicionais.

GABARITO: C

GABARITOS E COMENTÁRIOS

63. Conforme a NR-1, as responsabilidades da organização no gerenciamento de riscos ocupacionais incluem a adoção de várias medidas, tais como: evitar os riscos ocupacionais, identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde, avaliar os riscos ocupacionais, classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção, implementar medidas de prevenção de acordo com a classificação de risco e acompanhar o controle dos riscos ocupacionais. Essas responsabilidades estão alinhadas com o objetivo de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os trabalhadores.

GABARITO: A

64. A alternativa A é correta e reflete as disposições mais recentes da legislação trabalhista sobre a proteção ao trabalho da mulher grávida, especialmente após as alterações introduzidas pela Reforma Trabalhista de 2017. O artigo 394-A da CLT, modificado por essa reforma, estabelece claramente que a empregada gestante deve ser afastada de atividades insalubres durante toda a gestação, sendo uma medida de proteção tanto para a saúde da mãe quanto para a do feto.

GABARITO: A

65. A alternativa B é correta de acordo com o artigo 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal, que estabelece que o prazo de prescrição para ajuizar ações contra empregadores referentes a créditos resultantes das relações de trabalho é de até dois anos após o término do contrato de trabalho, aplicando-se tanto para trabalhadores urbanos quanto rurais. Além disso, o prazo para reclamar créditos trabalhistas é de cinco anos, limitando-se ao período dos cinco anos anteriores à data de ajuizamento da ação, ou seja, o trabalhador pode reivindicar direitos não pagos referentes aos cinco anos anteriores ao término do contrato, desde que a ação seja ajuizada dentro de dois anos após este término.

GABARITO: B

66. A alternativa A está correta conforme a Lei nº 7.783/1989 (Lei de Greve, art. 13), que estabelece que, em serviços essenciais, os sindicatos, os empregadores e os trabalhadores são obrigados a garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. As demais alternativas não refletem precisamente os procedimentos legais e requisitos para a declaração de uma greve conforme a legislação vigente.

GABARITO: A

67. A alternativa B está correta de acordo com a Constituição Federal, que estabelece a irredutibilidade do salário, garantindo que este não seja reduzido, salvo nos casos excepcionais previstos em lei. Além disso, a Constituição também assegura o direito ao salário-mínimo, estabelecendo que nenhum trabalhador pode receber uma remuneração inferior ao salário-mínimo nacional. Dessa forma, qualquer redução salarial que resulte em remuneração inferior ao salário-mínimo é considerada ilegal e passível de punição pela legislação trabalhista brasileira.

GABARITO: B

GABARITOS E COMENTÁRIOS

68. De acordo com a Lei 10.593/2002, o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração é obrigatório no trabalho doméstico, exceto nos casos de infração por falta de anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

GABARITO: A

69. A alternativa B é correta, pois a NR-31 é a norma que se aplica especificamente ao setor agrícola e estabelece requisitos para a segurança e saúde dos trabalhadores rurais, incluindo condições adequadas de alojamento, como ventilação. As outras NRs mencionadas, embora importantes para a segurança e saúde no trabalho, não abordam especificamente as condições de alojamento no setor rural da forma como faz a NR-31.

GABARITO: B

70. A alternativa A é correta pois reflete a flexibilidade trazida pela Reforma Trabalhista (art. 59, §2º e §5º da CLT), que permite a implementação do banco de horas tanto por acordo individual, quanto por acordo ou convenção coletiva. Este sistema permite a compensação das horas extras por períodos equivalentes de folga, dentro de um período máximo de seis meses, sem necessariamente pagar o adicional mínimo de 50% sobre as horas extras, desde que a compensação seja realizada dentro do prazo.

GABARITO: A



Continue **estudando** **com conteúdo** **gratuito!**

+de 350 cursos preparatórios

+1.8 milhões de questões em concursos

+10 milhões de comentários em questões

+2 mil mapas mentais

+4 mil cursos direcionados

e **28 milhões** de alunos

Cadastre-se para acessar.